



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ
Deslumbrante Património Natural

1
JMG
ESM

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO CONCELHO DE ALIJÓ DO DIA VINTE E SEIS DE FEVEREIRO DE
DOIS MIL E DEZ**

-----Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro de dois mil e dez, pelas dez horas, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município reuniu a Assembleia Municipal de Alijó em sessão ordinária com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**UM** - *Exposição do Senhor Presidente da Câmara;* -----

-----**DOIS** – *Pedido de Aprovação da 1.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2010;* ---

-----**TRÊS** – *Apreciação do Relatório de Execução do Plano de Saneamento Financeiro;* -----

-----**QUATRO** – *Pedido de Autorização para delegação e execução de competências próprias da Câmara Municipal, nas Juntas de Freguesia;* -----

-----**CINCO** – *Nomeação de um representante para fazer parte da Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM (Plano Director Municipal).* -----

-----Na ausência do **PRESIDENTE DA MESA**, o Sr. Humberto João Barbosa dos Santos, assume o lugar e convida a Membro Filomena Margarida Gonçalves Marques para assumir o lugar de Segunda Secretária. Assim, dá início aos trabalhos acompanhado pela Primeira Secretária, D. Maria Filomena Cunha Santos Nogueira e pela Segunda Secretária Filomena Margarida Gonçalves Marques. -----

-----Procedeu-se à chamada e verificou-se que faltaram por motivo justificado os seguintes Membros: João Manuel Gouveia da Costa e Filipe José Gonçalves Macedo. -----



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

2

-----De imediato **O PRESIDENTE DA MESA** coloca à discussão a Acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 29 de Dezembro de dois mil e nove e abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO MÁRCIO RIBEIRO:** Lembra que o seu sentido de voto relativamente ao Ponto Cinco da Acta em discussão, que consistia na “Aprovação dos Previsionais, Orçamento e Grandes Opções do Plano para o exercício económico de 2010, foi de abstenção, no entanto verificou que na Acta, é feita referência a duas abstenções, mas não consta a sua Declaração de Voto nem consta a sua apresentação; refere que se deve ao facto de não ter solicitado a respectiva transcrição na Acta, solicitando que tal seja corrigido, para que conste da mesma. Sugere que futuramente, ficasse explícito nas Actas o sentido de voto de cada Membro da Assembleia. Conforme solicitado, coloca-se a Declaração de Voto na íntegra:



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

3

resumido - reunião - reunião de 29/12/2009
Declaração de voto que apresenta o Senhor João António Ribeiro, Presidente da Junta
de Freguesia de Ribalonga, no que toca ao Ponto 5 da Ordem de Trabalhos:

1) Embora subscreva, no essencial, a declaração de voto dos
Senhores Vereadores de Coligação e também as
considerações expandidas pelo Senhor Deputado Pedro Pinheiro,
não posso deixar de ter presente o facto de integrar
esta Assembleia na qualidade de Presidente da
Junta de Freguesia de Ribalonga.

Porém, no exercício deste mandato, cabe-me, em
primeira linha, zelar pelos interesses da minha freguesia.
Assim sendo, e atendendo às palavras expandidas
pelo Senhor Presidente da Câmara nesta sessão no
que concerne às transferências do Município para as
freguesias e à resolução do problema das dívidas
das freguesias, o meu sentido de voto será de
abstenção relativamente a este ponto da Ordem de
Trabalhos.

O não acompanhamento do sentido de voto de
banco em que me integro representa uma solução
de ponderação e de equilíbrio entre uma posição política
de fundo sobre os documentos em análise e a necessária
defesa dos interesses da Freguesia de Ribalonga.

E isso não significa a submissão a uma lógica
conservadora e muito prejudicial em que os Presidentes de
Junta, na ânsia de esportular alguns cabos para as
suas freguesias, se tornam reféns do Presidente da
Câmara, acompanhando o sentido de voto da maioria.
Em uma palavra, a minha abstenção não representa
um voto condicionado. Desde logo, porque ninguém
me tentou condicionou nem eu, e obediência a

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Declarado Património Natural

4

mais elementares, primárias e básicas, são atribuído a Freguesia
condicionamentos. A actuação deste fimz não é da
muito indole e, está certo, também não são da índole
do Senhor Presidente da Câmara.
Por outro lado, porque a interacção entre a Freguesia e o
Município quer-se sem peras na actuação dos titulares dos
respectivos órgãos.

O meu sentido de voto representa, assim, o exercício
responsável do cargo que exerce, estabelecido na legitimidade
do voto das pessoas de Ribalonga, únicas a quem, no
exercício do honroso cargo de Presidente de Junta, devo,
de forma permanente, dar satisfação.

São estas, no essencial, as considerações que dão suporte
ao meu sentido de voto. "

Alijó, Rua de Barcelos, em 29 de Dezembro de 2009.

José Manuel António Ribeiro



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

5
M4
A
H

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Relativamente à sua intervenção da página 04, indica que onde se lê "...tratamento dos resíduos e consigam..." deve ler-se "...tratamento dos resíduos e que consigam..."; onde se lê "...as infra-estruturas, colocariam..." deve ler-se "...as infra-estruturas que colocariam..."; onde se lê "...sobre data", deve ler-se "...sobre a data...". -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Esclarece que a Declaração de Voto apresentada pelo Membro Márcio Ribeiro, está junto da documentação da última sessão da Assembleia Municipal, não constando da própria Acta, por não ter sido solicitado. No entanto será introduzida na presente Acta. É colocada a votação a Acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 29 de Dezembro, sendo aprovada por maioria, com 01 abstenção e 37 votos a favor. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá início ao Período de *Antes da Ordem do Dia*, abrindo Período de Inscrições. Usaram da palavra os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO TELMO PINTO:** Em nome da Bancada do Partido Socialista presta um Voto de Solidariedade para com o povo Madeirense, pelo mal provocado pela mãe natureza, deixando ainda uma palavra de esperança para o futuro e desejando que a Madeira se restabeleça o mais rápido possível. Apresenta condolências às famílias que perderam os seus amigos, parentes e que o futuro para eles seja mais risonho. -----

-----**MEMBRO ALBANO PEREIRA:** Inicia a sua intervenção afirmando que o Inverno tem sido longo e rigoroso, verificando que há na sua Freguesia, várias paredes caídas, muitos caminhos danificados, estradas interrompidas, louvando o s Serviços de Protecção Civil da Câmara porque sempre que necessitou destes, foi prontamente atendido. A estrada de Casal do Loivos esteve interrompida quatro vezes, no entanto poucas pessoas se aperceberam porque os serviços da Protecção Civil atendiam rapidamente. Deixa um agradecimento à Protecção Civil, especialmente ao Eng. José Carlos, à Eng. Ana e ao Sr. Alceu que manobrava a máquina. Nos vários dias de Dezembro em que todos preparavam as suas festas, as pessoas mencionadas, "sempre de sorriso nos lábios", chegaram, trabalharam e estavam sempre disponíveis. -----

-----**MEMBRO JOÃO VILELA:** Refere que na última Assembleia Municipal sugeriu o envio da documentação por e-mail, facto que acabou por não acontecer. Dado isto, recebeu a



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

6
July
[Handwritten signature]

documentação tardiamente, o que não permitiu que a pudesse apreciar atempadamente. Solicita em seu nome pessoal, independentemente da posição de cada um dos Membros da Assembleia, que lhe seja enviada por e-mail, independentemente da convocatória seguir por carta registada. Destaca o facto do Concelho de Alijó estar uma vez mais representada na Assembleia da República através do Eng.º Pedro Pimentel, o qual faz parte desta Assembleia Municipal, felicitando-o. Congratula-se com os Votos do Membro Telmo Pinto, relativamente à Região Autónoma da Madeira, sugerindo que envidem alguns esforços para ajudar no que for possível, ficando ao critério da Assembleia e da Câmara Municipal. -----

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** A sua intervenção vem no seguimento da intervenção dos Membros anteriores, pois em nome da Bancada, apresenta um Voto de Solidariedade e de Pesar pela catástrofe verificada na Região Autónoma da Madeira. Estão todos solidários com os Madeirenses, deixando assim uma palavra de esperança porque a destruição foi enorme e os Madeirenses necessitam de todo o apoio. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Propõe um Voto de Pesar pelas vítimas da Madeira assim como um Voto de Solidariedade e esperança para os Madeirenses. Está solidário com a intervenção do Membro Albano Pereira, mas os danos provocados nos caminhos vicinais e estradas é muito mais abrangente do que o que acabou de referir o seu colega. Justifica que há caminhos em todo o lado, também intransitáveis, mesmo sem terem caído muros ou pinheiros; estão objectivamente intransitáveis pela força das intempéries. Propõe que a Câmara Municipal estabeleça um plano no sentido de recuperar, primeiro para os pôr transitáveis e depois dar-lhes mais condições. Indica ainda que não se trata apenas dos caminhos vicinais porque até as estradas nacionais assim como o IP4, estão já cheios de buracos, pondo em perigo a segurança; logo que o tempo o permita, deviam começar por tapar todos os buracos que põem em perigo a circulação e a segurança. -----

-----**MEMBRO FERNANDO QUINTAS:** Informa que a Junta de Freguesia do Amieiro já tem site: www.if-amieiro.pt, onde também poderão ler as lamúrias sobre os caminhos vicinais do Amieiro, dado que parte deles se encontram intransitáveis. Agradece à Protecção Civil que os socorreu no devido tempo embora não tenha ido concluído o trabalho por avaria técnica da



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

7
[Handwritten signature]

máquina. Gostaria que logo que possível, fossem concluídos os trabalhos porque há uma parte de um caminho, construído no Mandato anterior que se encontra a cair. Informa ainda que possuem já e-mail jfamieiro@sapo.pt. Agradece o facto de terem tapado alguns buracos na estrada entre S. Mamede de Ribatua e o Amieiro e lembra que as valetas se encontram atulhadas pelo mato que foi cortado, nunca foi retirado, impedindo o percurso da água, a qual está a correr pela extensão da estrada, danificando ainda mais o asfalto. Considera a estrada do Amieiro a pior estrada do Concelho de Alijó, chamando a atenção para esta situação. -----

-----**MEMBRO FILOMENA NOGUEIRA:** Subscrive o Voto de Solidariedade apresentado para com o povo Madeirense; subscrive ainda as palavras do Membro António Fernandes no que concerne aos caminhos rurais porque na sua Freguesia também estão em péssimas condições, consequência do mau tempo que se tem feito sentir. Solicita ao Executivo Municipal para que a máquina esteja disponível para este efeito, a partir do mês de Março para a sua Freguesia. Em anos transactos tem feito este pedido e não tem sido atendido mas presentemente os ditos caminhos estão piores, daí que solicite que a partir do mês de Março seja disponibilizada a máquina para que os agricultores da sua Freguesia possam fazer as suas lides dentro da normalidade. Consta-lhe que é possível ao Executivo, candidatar a Fundos Comunitários, obras de saneamento básico e nesta perspectiva solicita ao Sr. Presidente da Câmara se digne incluir na eventual candidatura, a obra de saneamento básico que falta fazer nas Casas da Estrada, Freguesia do Pópulo. Considera despropositado nos dias de hoje que ainda haja pessoas a coabitar com fossas sépticas. -----

-----**MEMBRO ROGÉRIO LIMA:** Inicia focando a Barragem Foz Tua a qual faz parte do projecto das Barragens Nacionais que o Governo pensa construir no País, tratando-se de uma obra estruturante a implementar no Concelho pela EDP, a qual vai abranger quatro Freguesias, nomeadamente S. Mamede Ribatua, Amieiro, Carlão e Castedo. Pergunta quais as reivindicações da Câmara perante a EDP, no que concerne a projectos sociais, programas de desenvolvimento a curto e longo prazo; pergunta ainda que contrapartidas foram já avançadas pela EDP, bem como a que cota é que a mesma vai ser construída e qual a posição do Executivo Camarário. Questiona ainda que pensa a Câmara fazer relativamente aos agricultores das Freguesias abrangidas pela Barragem, se vai criar algum gabinete de apoio aos mesmos para os ajudar na formulação de pedidos de



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

8

indemnizações a apresentar à EDP. Pergunta ainda se a Câmara irá ajudar os agricultores a procederem ao registo predial dos prédios rústicos e urbanos, caso se registre necessidade. Questiona ainda o Sr. Presidente da Câmara se quanto à questão política pensa requerer um debate na Assembleia relativamente à posição política da Câmara no que concerne às reivindicações e contrapartidas exigidas pela Câmara à EDP, uma vez que a Barragem abrange e inundará uma grande área das quatro Freguesias do Concelho. Indica que deste modo a Câmara ficaria com a sua posição reforçada, se tivesse o apoio político da Assembleia Municipal. -----

-----**MEMBRO MANUEL VILELA:** Solicita que o valor da sua primeira presença na reunião seja enviado para a Madeira como forma de ajuda. Questiona qual o ponto de situação do PDM e quando entra em vigor no Concelho porque é essencial a fixação das pessoas e seu desenvolvimento económico. Foca ainda a ponte que atravessa o Rio Pinhão de Cheires para Sabrosa, a qual está em degradação na parte metálica, perguntando para quando está prevista uma reparação em conjunto com a Câmara de Sabrosa, uma vez que estes últimos se encontram a reparar a parte que lhes diz respeito. Lembra que há caminhos que começaram a ser reparados antes das eleições, tendo ficado um buraco enorme numa calçada, num dos bairros em Cheires, perguntando quando pretendem reparar esta situação. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Inicia a sua intervenção pela questão da Madeira, expressando a sua solidariedade e o seu Voto de Pesar por tudo que aconteceu com o povo da Madeira, indicando que podem dar uma ajuda mais simbólica, porque do ponto de vista financeiro, terá que ser resolvida numa escala Nacional ou até mesmo Europeia. No que diz respeito ao Inverno rigoroso, à protecção civil, caminhos, estradas municipais, nacionais e rurais, afectados pelas mesmas intempéries, no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Douro, já solicitaram ao Governo e à CCDRN, a criação de uma linha bonificada, no âmbito do PO Regional, para eventualmente apoiar na reabilitação e requalificação desses caminhos; se esta linha for concedida, terão mais possibilidades do ponto de vista financeiro, de fazer toda essa reabilitação, avançando até um pouco mais no que diz respeito à segurança das referidas estradas. Não sendo possível esse



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

9

apoio financeiro e não sendo criada a dita linha, terão que recorrer aos escassos recursos da Autarquia e o grau de intervenção terá que ser diferente. Tal como foi afirmado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Casal de Loivos, têm dado prioridade à questão da segurança rodoviária e à questão de manterem todas as estradas municipais transitáveis em segurança. Indica ainda que surgiu uma situação da responsabilidade das Estradas de Portugal que consistia em manter uma estrada nacional transitável em segurança, referindo-se à estrada Alijó – Pinhão, que por altura das festas teve uma assapada significativa, a qual tomou conta da totalidade da estrada, ficando intransitável. Tiveram que recorrer aos recursos humanos da Autarquia, à Protecção Civil e às máquinas para que tornaram a mesma transitável. Refere que nas alturas de adversidades excepcionais têm que dar as mãos e independentemente da origem das estradas e de quem tem competência sobre as mesmas, têm que se preocupar principalmente com as pessoas; cada um com as suas potencialidades, recursos físicos e humanos têm que agir. Esclarece que estão a agir com o que têm e sobre o que não têm, estão a candidatar-se para poderem vir a agir *à posteriori*. Relativamente às questões levantadas pelo Membro João Vilela no que concerne ao envio de documentação põe e-mail, informa que estão a ser confirmados os e-mails e numa próxima reunião esta situação estará já resolvida. No que diz respeito ao Membro Pedro Pimentel dá-lhe os parabéns pela sua eleição para a Assembleia da República, sendo para todos, motivo de satisfação e orgulho, esperando que nestas funções possa ser um porta-voz das necessidades do Concelho, ajudando no desenvolvimento do mesmo e da Região. No que diz respeito à intervenção do Membro Fernando Quintas, no que concerne à afirmação “que a estrada é das piores do Concelho”, concorda e tal como é do conhecimento da esmagadora maioria dos Membros da Assembleia, foi feita uma intervenção na dita estrada, por etapas, porque fizeram uma candidatura que não deu para concluir toda a ligação que vai desde S. Mamede até Safres, estando também à espera que dentro das contrapartidas da Barragem do Tua eles pudessem responsabilizar-se pelo resto. Contudo, se houver a referida candidatura via intempéries vão procurar, se possível, contemplar esta estrada. No que diz respeito à intervenção da Membro Filomena Nogueira, no que concerne ao saneamento básico, refere que como é do conhecimento público estão num processo, a nível nacional de integração das infra-estruturas de água e saneamento na empresa Águas de Portugal; indica que neste momento,



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

10

está a ser discutido no Ministério do Ambiente o Sistema de Verticalização deste processo que consiste em as Águas de Trás os Montes e Alto Douro, via Águas de Portugal poderem fazer os investimentos em alta e em baixa para se poderem responsabilizar por esta matéria, ficando para as Autarquias apenas aquilo que eventualmente não for candidatado pela própria empresa Águas de Trás os Montes e Alto Douro, via Águas de Portugal ao chamado POVT (Plano Operacional de Valorização do Território). Esclarece que actualmente, em termos de abastecimento de água, as Águas de Trás os Montes e Alto Douro retiram a água da barragem para a estação elevatória, onde é posto um contador e da estação elevatória para a casa de cada consumidor é já tratado com a Câmara; assim, o mais fácil é retirar a água da barragem para a estação elevatória e o mais difícil é levar a água até à casa do consumidor e sobretudo reparar uma rede de água com muitos anos, a qual carece de um investimento brutal. Refere ainda que o problema de saneamento em alta e baixa também vai ter que ter uma solução idêntica porque as Câmaras perceberam que esta situação não pode continuar porque se assim for, conduz ao esgotamento dos seus recursos financeiros, nomeadamente no que diz respeito a despesas correntes; indica que é uma verba que representa mensalmente, um encargo para esta Autarquia, na casa dos cem mil euros, estando fora das possibilidades em termos de recursos financeiros. Refere que está a ser negociado a este nível, a nível regional e nacional e a preocupação das Autarquias nesta negociação é garantir duas coisas: por um lado que os investimentos já feitos pela Autarquia sejam integrados no sistema e sobre esses investimentos as Águas paguem uma renda à Câmara; por outro lado estão a batalhar para que haja uma única tarifa a nível nacional no que diz respeito à questão da água e do saneamento para evitar que territórios como o nosso, com uma grande extensão territorial, mas com uma densidade populacional muito baixa, tenham que ter uma tarifa quatro ou cinco vezes mais elevada, do que uma tarifa que paga por exemplo um habitante do Porto ou de Lisboa. A negociação que estão a travar, é fazer com a água e com os resíduos, o que fizeram com a electricidade, ou seja, arranjar uma solução em termos de gestão que abarque o Litoral e o Interior, que corresponda às CCDR, havendo equilíbrio entre os territórios densamente povoados e os territórios fracamente povoados, de forma a que a tarifa evolua para um preço único a nível nacional. No que diz respeito à intervenção do Membro Rogério Lima, no que concerne à barragem Foz Tua esclarece que quando



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

11

este empreendimento foi colocado em cima da mesa, os Municípios por ele abrangidos, Alijó, Carrazeda de Ansiães, Vila Flor, Murça e Mirandela, fizeram várias reuniões em conjunto com a EDP para negociarem as contra-partidas e o respectivo caderno reivindicativo, porque consideravam que teriam mais força se negociassem em conjunto do que isoladamente; na sequência dessas negociações, mandaram elaborar um estudo à QUARTENAIRE, empresa especialista nesta matéria e com base no qual estão a tentar negociar no âmbito da Declaração de Impacto Ambiental e no âmbito da promoção de uma Agência de Desenvolvimento Regional, não apenas para garantir uma justa expropriação aos proprietários dos terrenos invadidos pela barragem, bem como criar uma Agência de Desenvolvimento Regional que abarque o território dos cinco Municípios e que possa vir a ser financiada, em parte pela própria exploração hidroelétrica. Com esta estratégia pretendem agarrar a EDP à Agência de Desenvolvimento Regional, de forma a que fique cá o tempo todo, levando a que a exploração hidroelétrica tenha também uma componente de desenvolvimento regional e não apenas uma componente de aproveitamento hidroelétrico. Dentro destas contrapartidas está prevista uma solução que aponta para um turismo de natureza que abrangerá todo aquele território, assim como a construção de museus relacionados com diferentes temáticas que estão a ser estudadas. Informa que a este processo se associou a CCDR através da Estrutura de Missão do Douro e no próximo dia 08 de Março vão fazer mais uma reunião de forma a encontrarem a matriz em conjunto que permita que todos possam evoluir para a estratégia de garantir a expropriação justa e garantir sobretudo que aquelas populações, no futuro, não olhem apenas para um espelho de água, mas vejam também o aproveitamento hidroelétrico e um projecto de desenvolvimento regional, sendo compensados pela perda do valor ambiental e económico. No que diz respeito à quota, está estabilizada, a qual será NPA170, sendo a partir daqui que todos os estudos estão a ser feitos; está ainda a ser feito um estudo paralelo de mobilidade, no que diz respeito a arranjar uma alternativa à questão da linha, sendo uma mobilidade intermodal que prevê que por exemplo uma pessoa saia no comboio no Tua, tenha depois uma viagem de autocarro até a Abrunheda e possa nesta última tomar outro comboio ou o metro de superfície já existente, até Mirandela. Esta é uma das possibilidades que está a ser estudada, entre outras; a questão da mobilidade desse território também está integrada neste estudo. Refere que enquanto este processo



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

12

negocial não estiver fechado nem consolidado, não é do ponto de vista estratégico e político, oportuno estarem a introduzir “ruído” nesta negociação porque exige sobretudo muito estudo, muita “intervenção cirúrgica”, até mesmo porque vão ter que negociar verbas com o Instituto Nacional de Conservação da Natureza e Ambiente que na declaração de impacto ambiental diz que vão ter direito a 3% do aproveitamento hidroelétrico, onde pretendem ir buscar algum reforço de verba para a Agência de Desenvolvimento Regional; pretendem ainda ir buscar verbas a uma participação financeira para o INAG. Esclarece que estão a tentar fazer com que a Agência de Desenvolvimento Regional funcione com verbas quer da EDP, através do aproveitamento hidroelétrico, quer de verbas que pelo licenciamento da barragem a EDP tem que pagar ao Estado/Administração Central; querem assim ir buscar parte destas verbas para ajudar a criar a Agência de Desenvolvimento Regional e ir buscar o resto aos Fundos Comunitários, de forma a que não tenham uma vez mais que recorrer aos recursos próprios das Autarquias que já estão descapitalizadas. No que diz respeito à intervenção do Membro Manuel Vilela indica que a ponte de Cheires e a ligação Sabrosa – Alijó, a ligação que existe entre os Concelhos está a ser estudada e também candidatada dentro das intempéries, para reabilitação de toda aquela zona; no que diz respeito aos caminhos indica que irá verificar a situação. No que diz respeito ao PDM informa que recentemente foi feita uma reunião, a parte do trabalho da Câmara está feito, ou seja, o que lhes cabia apresentar em termos de reserva ecológica, reserva agrícola, espaços urbanos e urbanizáveis, foi apresentado nessa reunião, mas há muitas das entidades que têm que se pronunciar sobre o PDM do Concelho, que ainda não responderam. Informa que lhes foi dado um prazo legal para responderem até ao final do mês de Março, para depois o poderem pôr em discussão pública. Esta situação está a ser acompanhada pela CCDR, estando assim na fase final para de uma vez por todas este processo ser finalizado. Relativamente à informação do Ponto Um da Ordem de Trabalhos, refere que se encontra disponível para qualquer esclarecimento. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre segunda ronda de inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Agradece as palavras elogiosas do Sr. Presidente da Câmara, confirmando que está a exercer funções na Assembleia da República e transmitindo que se



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

13

encontra disponível para ajudar as populações do Concelho de Alijó, no Distrito de Vila Real pelo qual foi eleito e pela região, sendo a voz do Concelho, do Distrito e da Região, na Assembleia da República. -----

-----**MEMBRO MIGUEL CARTAGENO:** Refere que em S. Mamede de Ribatua andou a contabilizar a água que se desperdiça e tanto quanto sabe, haverá outras aldeias em situação idêntica. A firma que a água que se desperdiça anualmente em S. Mamede de Ribatua dá para pagar um salário, sabendo que tecnicamente não é fácil fechar uma conduta, contudo, não é impossível. Afirma ainda que só durante três meses por ano é que não há água derramada, porque nos restantes meses está sempre a derramar. A água é um bem essencial, onde todos querem poupar, solicitando que esta situação seja averiguada. Solicita ainda uma maior fiscalização nos contadores de água, porque existem muitos contadores falsificados, muita água que não é paga. Refere ainda que por vezes nas construções de habitações, as ligações são feitas pelos empreiteiros, a Câmara embora fiscalize, não dá conta da “máfia” que existe. Indica que o contrato com as Águas de Portugal, está mal negociado porque é mais fácil bombear água em grande escala da Barragem e depois trata-la. Solicita uma vez mais que a Câmara se debruce sobre esta questão. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO TAVEIRA:** Relativamente à água desperdiçada em S. Mamede de Ribatua, trata-se de água de uma nascente e desde que começou o Inverno, não significando que pontualmente no mês de Agosto o depósito transborde água da barragem, que a água que corre é da dia nascente. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** dá início à Ordem de Trabalhos, introduzindo o *Ponto Um* ” *Exposição do Senhor Presidente da Câmara*” (transcreve-se na íntegra a exposição escrita que foi distribuída aos Srs. Deputados Municipais e cujo teor é o que se segue). **EXPOSIÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** Cumprindo o estipulado na alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, apresenta-se de seguida uma informação escrita sobre a situação financeira da Autarquia e sobre a actividade do Município respeitante aos meses de Dezembro de 2009 (segunda quinzena), Janeiro e Fevereiro (primeira quinzena) de 2010. **1 – Situação Financeira da Autarquia:** À data de 19 de Fevereiro, o Município de Alijó, tem uma dívida a fornecedores, na ordem dos 6,4 milhões de euros. Da dívida actual, 39% respeita a fornecedores



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

14
[Handwritten signature]

correntes, e cerca de 61% respeita a fornecedores de imobilizado (investimento). De salientar que a execução do plano de saneamento financeiro, aprovado por esta Assembleia Municipal, não se encontra executado a 100%. Relativamente aos empréstimos bancários, estes são pagos de acordo com as cláusulas contratuais. No que respeita a dívida a entidades financeiras, resultantes de acordos de pagamento entre o Município e os empreiteiros, provenientes de acordos de factoring celebrados pelos empreiteiros, está a ser paga mensalmente de acordo com os planos de pagamento. **2 – Actividade do Município:** **a – Actividade administrativa e de prestação de serviços:** Durante o período ora em apreço mantiveram-se abertos e em pleno funcionamento, os gabinetes e serviços desta Autarquia para tanto vocacionados, prestando o normal atendimento aos munícipes, esclarecendo as dúvidas surgidas, instaurando, tramitando e concluindo os processos que lhes estão afectos, encaminhando os cidadãos para os serviços respectivos, deferindo ou indeferindo autorizações e/ou licenciamentos, tudo dentro dos parâmetros definidos por Lei. **b – Actividade cultural e desportiva:** a – Actividade cultural. **Biblioteca Municipal**

<u>Mês</u>	<u>Leitores inscritos</u>	<u>Livros requisitados</u>
Dezembro	4	56
Janeiro	17	173
Fevereiro	4	72

Biblioteca Itinerante

<u>Mês</u>	<u>Livros requisitados</u>
Dezembro	59
Janeiro	403
Fevereiro	225



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

15
[Handwritten signature]

Actividades Realizadas: · "Leitura em voz alta" Participação de 49 idosos; · "As mil e uma noites ou como Xerazade enganou a morte", pela companhia Panda Pá. Participação de 52 pessoas; · "Nós vamos lá!", leitura ao domicílio. Participação de 20 idosos; "O vaivém dos livros". Actividade de promoção do livro e da leitura, em parceria com as Bibliotecas Escolares dos agrupamentos e das escolas de Alijó e Pinhão/Biblioteca Municipal. Auditório Municipal:
Acções Pagas:

Título	Tipo	Sessões	Bilhetes Vendidos
Dezembro			
Apenas Jardim	Teatro	1	98
Os Substitutos	Filme	2	31
Chéri	Filme	2	35
2012	Filme	3	96
Janeiro			
O solista	Filme	3	53
Planeta 51	Filme	2	55
New York, I love you	Filme	2	47
Lua Nova	Filme	3	126
Avatar	Filme	3	159
Agora	Filme	3	73
Fevereiro			
Sherlock Homes	Filme	2	78
Artur e a vingança de Maltazar	Filme	2	38

Acções Gratuitas

Título	Tipo	Sessões	Bilhetes Vendidos
Dezembro			
Natal Escolas – Força G	Filme	3	377

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

16

Festa de Natal da Escola EB 2/3 de Alijó	Concerto	1	340
Festa de Natal – Escola de Ballet	Ballet	1	250
Natal Escolas – O pai natal cantor	Música	2	309
Natal Escolas – Hannah Montana	Filme	4	506
Natal Escolas - Fama	Filme	2	233
Concerto de Natal – Banda de música de S.Mamede	Concerto	1	170
Concerto de Natal – Banda de música de Carlão	Concerto	1	70
Janeiro			
Colóquio de empregabilidade e empreendedorismo	Colóquio	1	100
Convenção distrital da Juventude Socialista	Convenção	1	100
Fevereiro			
“De caco em cabaço. Cenas de uma família”- pelos alunos do Grémio	Teatro	1	150

Espaço Internet – Dezembro: 1265 utilizadores, Média de idades: 20,1; Janeiro: 1309 utilizadores

Média de idades: 18,3 Fevereiro: 927 utilizadores; Média de idades: 18,8 b – Actividade desportiva: Actividades de Carácter Contínuo: Escola de Natação – continuação das actividades da Escola, que está dividida em 3 grandes classes (dos 2 aos 7 anos; dos 8 aos 16 anos; adultos), que se subdividem em níveis de aprendizagem. Actividade de características formativas que possibilita aos seus alunos, desde os 2 anos, não só a aprendizagem das várias técnicas da natação, mas também o aperfeiçoamento técnico e melhoria das suas capacidades coordenativas e condicionais. Hidroginástica – Uma actividade de sucesso. É uma actividade praticada por pessoas de várias faixas etárias, é o casamento perfeito do ritmo e do prazer de estar dentro de água. Actividades de Academia – Onde se inclui a prática de Aeróbica, Step e Localizada. Dirigida a pessoas de várias faixas etárias e que procuram o aperfeiçoamento técnico e a aprendizagem. Estas aulas são uma oportunidade para todos aqueles que gostam de actividade física “indoor” realizar uma prática desportiva regular com uma componente de ritmo e dinamismo sempre presente. Actividades de Academia – Aulas de Danças Latinas e Hip-hop dirigidas a todas as faixas etárias e para todos os amantes da dança e do movimento. Desta forma podemos alargar a oferta da prática de actividade física “indoor”. Escola de formação desportiva Municipal – Este projecto de animação desportiva proporciona aos jovens do concelho a possibilidade de iniciar e praticar um variado leque de actividades de índole desportiva. Esta actividade funciona todos os sábados de

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

17

manhã e é enquadrada por professores/treinadores com vasta experiência nas várias disciplinas. Escola de Patinagem e Hóquei em Patins – Implementação de duas novas modalidades, de forma a diversificar a oferta desportiva. Pretendemos desta forma, iniciar a formação de jovens patinadores com a intenção da formação de um clube de Hóquei em Patins. -Piscinas Municipais:

Entradas no Complexo para utilização da Piscina
Dezembro 2009

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escola de Natação	282
Escolas 1º ciclo	215
Escolas E.B. 2, 3 e Secundária	187
Lazer	459
Aeróbica	66
Hidroginástica	253
Clube de Natação Alijó	41
Boccia	34
Pialtes	40
PumPit	-----
Danças (Ballet)	24
TOTAL	Entradas 1601

Janeiro/2010

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escola de Natação	457
Escolas 1º ciclo	438
Escolas E.B. 2, 3 e Secundária	257
Lazer	287
Aeróbica	94
Hidroginástica	331
Clube de Natação Alijó	61
Boccia	47
Pilates	58
PumPit	-----



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

18

Danças (ballet)	57
TOTAL	Entradas 2087

-Pavilhão Municipal: Entradas no Complexo para utilização do Pavilhão
Dezembro/2009

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escolas	887
A. Marciais	-----
Patinagem	10
Hóquei em Patins	60
Basquetebol	182
Futsal	226
TOTAL	Entradas 1365

Janeiro/2010

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escolas	1738
A. Marciais	-----
Patinagem	-----
Hóquei em Patins	20
Basquetebol	40
Futsal	47
TOTAL	Entradas 1845

c – Gabinetes de Apoio ao Cidadão e Gabinete de Extensão Autárquica: Tendo como principal finalidade promover uma política de proximidade entre os Municípios e a Câmara Municipal, procurando minorar os problemas encontrados por estes no dia-a-dia, os Gabinetes de Apoio ao Cidadão (GAC) situados em Carlão, Pinhão, Sanfins do Douro e Vilar de Maçada e o Gabinete de Extensão Autárquica (GEA), têm por objectivo procurar ultrapassar as dificuldades colocadas pelas pessoas que os procuram. As intermediárias desenvolvem diversas actividades normais, tais como: realização de ofícios e apoio às Juntas de Freguesia onde estão instalados os GAC, assim como, para diversas Instituições: PT, EDP, IFADAP, INGA, ADSE, Ministério das Finanças, Centro Nacional de Eleições, Centro Nacional de Pensões, Segurança Social, DG Veterinária, Ministério da Saúde, Inspeção-geral do trabalho, seguradoras, bancos, apoio na elaboração de trabalhos informáticos, elaboração de cartazes informativos, colaboração com diversas instituições existentes nas freguesias, elaboração de notícias e reportagens para o Portal Espigueiro. A pesquisa e



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

19

navegação na Internet continua a ser uma das actividades mais requisitadas, verificando-se cada vez mais, uma maior independência nas pessoas, especialmente nos mais jovens, nessas tarefas, tendo sempre o auxílio das intermediárias. Quanto ao Gabinete de Extensão Autárquica, o Agente tem prestado apoio às Intermediárias, tentando resolver os problemas informáticos que têm surgido. Tem sido a ponte entre os Gac, recebendo as informações e pedidos, e a Câmara Municipal, onde faz chegar a voz dos munícipes que frequentam esses Gabinetes. Colocação de informações no Sítio da Câmara.

Alguns Números:

GAC	DEZEMBRO	JANEIRO
CARLÃO	570	750
PINHÃO	1257	1129
SANFINS DO DOURO	- ¹	- ¹
VILAR DE MAÇADA	246 ²	833

1- Encontrou-se em Licença de Parto 2- Encontrou-se de férias: De salientar que os números presentes são referentes a utilizadores e não a utilizações, já que um utilizador pode requerer mais do que um serviço e só é contabilizado uma única vez. d – Posto de Turismo Dezembro: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de vinte e quatro portugueses e dois suíços. Prestação de informação turística documental a entidades várias. Janeiro: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de dez portugueses. Prestação de informação turística documental a entidades várias. Fevereiro: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de dezoito portugueses. Prestação de informação turística documental a entidades várias. e – Gabinete de Arqueologia: A presente exposição descreve as actividades fundamentais levadas a cabo pelo Gabinete de Arqueologia. Na mesma, integram-se todas as acções de preservação, valorização, protecção e divulgação do património cultural, executadas no âmbito do interesse cultural relevante para o concelho de Alijó. O interesse cultural relevante engloba, designadamente, o histórico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social ou técnico. Acções fundamentais do Gabinete de Arqueologia. Colocação on-line do novo site de Arqueologia em www.cm-alijo.pt/arqueologia. Pretendeu-se, desta forma, consolidar a forte aposta nas novas tecnologias de informação e comunicação. Com uma forte vertente didáctica e iconográfica esta página, agora remodelada, disponibiliza diversos conteúdos referentes ao património arqueológico do Município de Alijó, recorrendo para isso a textos ilustrados de forma a melhor dar a conhecer, por exemplo, os diversos períodos históricos, com a possibilidade de pesquisar todos os sítios arqueológicos inventariados neste concelho, assim como obter uma breve explicação acerca dos mesmos. É sugerida uma viagem no tempo, através da galeria de imagens e dos 17 roteiros disponibilizados on-line através do software Google Earth. Para tal, basta ter instalado este software gratuito e aceder à



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Daslumbrante Património Natural

20

Handwritten signature in blue ink.

respectiva página. Ainda é possível consultar a legislação que estabelece as bases da política da protecção e valorização do património cultural ou a bibliografia de cariz arqueológico referente a este concelho, entre outros tópicos (Notícias; Enquadramento geográfico; Resenha histórica; Monumentos com Protecção Legal; Agenda Cultural Municipal e FAQs - Perguntas Frequentes); Concretização do último objectivo fixado no âmbito da minha avaliação de desempenho, assim como preenchimento e entrega da ficha de auto-avaliação à respectiva avaliadora; Concepção, revisão e consequente entrega de dois processos de classificação, graduados como Imóveis de Interesse Municipal (Gravuras Rupestres da Botelhinha e Núcleo Arqueológico do Castelo de Carlão), para análise em Reunião de Câmara e posterior participação ao Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico e Direcção Regional da Cultura do Norte; Colocação do painel de iluminação com recurso à energia solar junto ao painel explicativo e ao passeio pedonal que dá acesso ao Monumento Megalítico da Anta da Fonte Coberta. O objectivo é deveras simples, ou seja, para além de permitir a visita tardia ou até mesmo nocturna em grupo ou individual a este arqueossítio, o mesmo cumpre a finalidade de destacar na paisagem este arqueossítio de interesse pedagógico, mas ao mesmo tempo lúdico, assim como o respectivo espaço envolvente. De destacar que este monumento se encontra classificado como Monumento Nacional desde 1910; Colaboração com o Presidente de Junta de Vilar de Maçada, no sentido de identificar o proprietário de um terreno que dá acesso ao Povoado Fortificado do Alto da Murada, em Vilar de Maçada. O motivo desta pesquisa e consequente identificação prendeu-se com o impedimento de um caminho público que dá acesso ao respectivo povoado fortificado, bem como a outros terrenos de proprietários locais; Inventário textual e gráfico (exaustivo) de todo o património edificado exumado no concelho de Alijó, tendo como objectivo fulcral o interesse cultural relevante que deva ser objecto de especial protecção e valorização. Deste dossier consta a respectiva ficha de inventário textual, assim como o registo fotográfico passado e actual. Foi alvo de registo todo o património edificado concelhio referente a Igrejas, Santuários e Capelas Públicas, assim como Chafarizes, Fontes, Casas Senhoriais e Pelourinhos; Colaboração com o Presidente de Junta de Vila Verde, no sentido de criar uma resenha de todo o património arqueológico e edificado pertencente a esta freguesia, visando o conhecimento histórico e local do mesmo; Análise da nova legislação aplicável ao Património Classificado/Em vias de classificação e de Interesse Municipal, tendo em vista a criação futura de uma Comissão Municipal responsável pela geração, análise, apreciação e entrega dos respectivos processos de classificação. Almeja-se, com este projecto, identificar Imóveis de Valor ou Interesse Municipal. De referir que desta Comissão fariam parte técnicos com diversas abordagens, a título de exemplo, técnicos da área ambiental, arquitectónica e histórico/arqueológica; Recolha de informação de índole patrimonial, facultando o seu acesso tanto aos cidadãos e organismos interessados, como às competentes organizações específicas que tutelam o Património no nosso País; Dinamização do património histórico e arqueológico concelhio, mediante a continuação da aplicação de mini-projectos: - Actualização contínua da página da Internet, especificamente dedicada à Arqueologia;- Divulgação mensal do património arqueológico concelhio, através da Agenda Municipal (todos os meses o Município de Alijó dá a conhecer a toda a população diversos elementos iconográficos e informativos sobre diferentes arqueossítios); -



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Doslumbrado Património Natural

21

Colaboração com os Presidentes de Junta de Freguesia, tendo em vista a promoção de iniciativas relacionadas com o património local. **c – Obras e Intervenções Municipais:** * Reparação de rupturas de água; * Desentupimento de saneamentos, fontanários, ribeiros e limpeza de nascentes; * Limpeza de mato, jardins, estradas, ruas, caminhos, aterros e lixeiras; * Ligação de ramais de água e saneamento; * Colocação de tubagens para ligações de água; * Remoção de restos de fogueiras de Natal; * Montagem e desmontagem de palcos, stands, barracas e estrados para diversas festas do concelho; * Trabalhos de manutenção em várias escolas do concelho; * Trabalhos de manutenção no edifício das Piscinas Municipais; * Trabalhos de manutenção no Posto da GNR em Alijó; * Trabalhos de manutenção no edifício do Teatro Auditório Municipal de Alijó; * Trabalhos de manutenção no edifício do Ministério da Agricultura; * Trabalhos de manutenção no Parque dos Autocarros Municipais; * Trabalhos de manutenção no Gabinete de Acção Social da Câmara Municipal; * Distribuição de briquetes pelas escolas; * Limpeza de um edifício em ruínas em Sanfins do Douro; * Colocação de sal nas estradas; * Transporte de documentos do arquivo do Tribunal Judicial de Alijó para o arquivo de Vila Real; * Construção de uma base para colocação de uma estátua em Cheires. - **Lançamento, acompanhamento e execução dos seguintes concursos:** - Recuperação da Zona de Lazer em S. Mamede Ribatua – adjudicada - Beneficiação/Ampliação da Zona Desportiva e de Lazer em Alijó – adjudicada - Recuperação do Mercado Municipal – adjudicada - Requalificação Urbana da Rua Francisco Artur Martins/Rua Eng.º Delfim Magalhães – adjudicada - Beneficiação de Estradas no Concelho (Acesso a Vale de Agodim, Fundões, Souto de Escarão e ao Edifício do Ministério da Agricultura e Pescas em Alijó – adjudicada - Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (Recuperação da Habitação do Sr. António Luís Ribeiro do Cabo) – adjudicada - Prestação de Serviços para Realização de Águas Residuais – em concurso - Construção de Muros Degradados (Vale de Mendiz) – em concurso - Construção de Balneários nos Polivalentes do Concelho (Sanfins do Douro) – em concurso - Construção e Reparação de Muros Degradados (Safres) – em concurso - Ampliação, Conservação e Reparação das Redes de Saneamento (Presandães) – em concurso. d – Acção Social: Atendimento / Encaminhamento de situações; Apoio psicossocial; Acompanhamento e apoios vários à Comissão de Protecção de Crianças e jovens (atendimento, acompanhamento de crianças para consultas, internamento em lares, cedência de viatura para visitas domiciliárias); Apoio a Idosos e Deficientes, - Continuação das candidaturas ao Programa de Conforto Habitacional para Idosos (PCHI), que sejam utentes das valências de Apoio Domiciliário e Centro de Dia, no âmbito do recente Protocolo assinado entre o Instituto da Segurança Social, I.P e o Município de Alijó. Até ao momento das 23 candidaturas aprovadas estão concluídas as obras em 22 habitações, estando 1 em fase de execução, prevendo-se a sua conclusão até ao início de Março - Continuação preparação das instalações para a abertura de um Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência, no âmbito do Protocolo entre o Instituto Nacional para a Reabilitação e o Município de Alijó. - Conclusão da rampa de acesso ao Gabinete de Acção Social e ao SIM-PD, Ajudas Técnicas - dada a incapacidade da Segurança Social em dar resposta a todas as solicitações a nível dos apoios para ajudas técnicas, a Autarquia tem vindo a adquirir alguns dos equipamentos mais solicitados, tais como, cadeiras de rodas e camas hospitalares, de forma a contribuir para



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

22

a melhoria da qualidade de vida dos idosos e deficientes do Concelho. - Encontram-se emprestadas 28 camas hospitalares no 1 Castedo, 5 Alijó, 2 Carlão, 6 Sanfins do Douro, 5 Vilar de Maçada, 1 S. Mamede de Ribatua, 3 Pegarinhos e 3 Vila Chã, 1 Vilarinho de Cotas - Atribuição de fraldas a idosos e deficientes acamados nas Freguesias de Vilar de Maçada, Vila Chã;- Encontram-se emprestadas 24 cadeiras, nas Freguesias de: Castedo 1, Alijó 7, Carlão 2, Vilarinho de Cotas 2, São Mamede de Ribatua 2, Vila Chã 3, Vilar de Maçada 3 e Pegarinhos 2, Vila Verde 2. - Encontram-se emprestados 2 colchões anti-escaras, nas Freguesias de Alijó e vilar maçada 1, Souto de Escarão 1. Habitação: - Apoio para obras de reparação em habitações degradadas de famílias de fracos recursos: Transitam de 2009 – 47, N.º de processos entrados em 2010 – 7, N.º de processos aprovados em 2010 – 3 (Carlão, Vilar de Maçada, Pópulo), N.º de processo a aguardar 2º visita domiciliária – 10, N.º de processo a aguardar 1º visita domiciliária – 31, N.º de processos a aguardar documentos em falta – 2, N.º de processos indeferidos – - Acompanhamento psicossocial dos agregados intervencionados; - Informação e orientação sobre programas e/ou medidas de apoio à habitação; - Programa “Solarh”: N.º de processos entrados total – 55, N.º de processos aprovados – 25 (3 desistiram após aprovação), N.º de processos que se encontram em fase de obras – 1, N.º de processos a aguardar aprovação – 2, N.º de processos a aguardar parecer técnico da Câmara – 1, N.º de processos indeferidos – 8, N.º de desistências – 18. Projectos de Intervenção Comunitária - Programa - Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS). Este projecto e de âmbito supra concelhio e abrange o território dos três Concelhos referenciados, sendo a Associação Douro Histórico a entidade Coordenadora e Executora do mesmo. O Plano de Acção foi elaborado por um grupo de trabalho constituído por elementos do Núcleo Executivo da Rede Social dos respectivos Concelhos. Acções desenvolvidas: - realização da festa de Natal para os idosos do Concelho, nos dias 17 e 18 de Dezembro, que contou com a participação de 675 idosos: - Realização da actividade “os pais vão á escola” - os pais envolveram-se na decoração dos espaços da escola, tendo participado 12 escolas, entre 400 a 500 crianças e cerca de 100 Pais; - realização da Acção de Sensibilização “ Ser Voluntário é Um gesto de Cidadania”, que se realizou no dia 02 de Dezembro e contou com a participação de 40 pessoas entre presidentes de Junta e Presidentes de IPSS; - preparação da criação do Banco Local de Voluntariado – reunião com o Comissariado Nacional de Promoção do Voluntariado; - preparação da implementação do Jogo do Boccia em todas as IPSS Do Concelho; - realização da Acção de Formação – Pratica do Jogo do Boccia, no dia 10 de Fevereiro a qual contou com a presença de 9 técnicos das 11 IPSS do Concelho. - Início do levantamento dos idosos que encontram em situação de isolamento social ou geográfico. Esta acção conta com a participação das Juntas de Freguesia e das IPSS do Concelho; - preparação da actividade para os idosos WEB-ITENERANTE. Esta actividade pretende levar as novas tecnologias aos idosos e será implementada em todas as freguesias do Concelho; - Projecto “Novos Rumos” – Programa Progride - Medida 2, em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Alijó - tem por objectivo intervir junto de famílias disfuncionais, Crianças e Jovens em risco, situações de violência doméstica e criação de um CAO Para deficientes; Continuação das acções promovidas:- Reabilitação habitacional e aquisição de equipamentos para as famílias intervencionadas pelo projecto; - Cursos de Formação Parental – em parceria com o



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

23

Programa Escolhas “Pensar o Presente, criar o Futuro” e o Núcleo de Intervenção Local (NLI) do Rendimento Social de Inserção; - Gabinete de Apoio ao Jovem – novo espaço de funcionamento no Pavilhão Gimnodesportivo Municipal, no qual também se insere o Gabinete de Apoio a Sexualidade Juvenil, em Parceria com o Centro de Saúde de Alijó, no âmbito do planeamento familiar; - Grupos de trabalho com famílias que apresentam dificuldades em gestão doméstica; - Encaminhamento de famílias e outros para formação profissional; - Implementação de Acções de Promoção para a Saúde, no 1º Ciclo e no Pré-Escolar em parceria com o Centro de Saúde e as Escolas; - Acompanhamento psicológico dos alunos do pré-escolar e 1º ciclo do Concelho; - Preparação do Seminário de encerramento do Projecto; Rede Social: - Realização do Plenário no dia 29 de Dezembro; - nomeação pelo Plenário de um Grupo de Trabalho para criação da Comissão de Protecção do Idoso; - criação de um espaço de debate e partilha de conhecimentos entre os técnicos que intervêm na área social do Concelho. Estes encontros terão a periodicidade mensal e decorrerão nas primeiras terças-feiras de cada mês, no período da tarde e foi intitulado de Tertúlias Sociais; - elaboração do Plano de Acção/2010; - reformulação do Diagnóstico Social do Concelho; - reformulação do Plano de Desenvolvimento Social. Serviço de informação e Mediação da Pessoa Portadora de Deficiência – SIM-PD - levantamento dos deficientes do concelho com o objectivo de proceder a um estudo da situação socio-económica e familiar dos mesmos de forma a planificar respostas mais adequadas aos mesmos.

Gabinete de Inserção Profissional - GIP

Dezembro 2009

ACTIVIDADES	OBJECTIVOS
Realização de sessões de técnicas de procura de emprego	04 sessões
Realização de sessões de informação escolar e profissional para jovens e adultos desempregados	32 participantes
Realização de contactos com empresários da iniciativa do animador	30 contactos
Visitas a Empresas	20 visitas
Captação de ofertas de emprego	14 ofertas
Encaminhamentos para qualificação profissional, estágios, colocação e outras medidas de apoio ao emprego, à empregabilidade e ao empreendedorismo	32 utentes
TOTAL	

b - Educação: Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular para todos os alunos do 1º CEB (Actividade Física, Ensino de Inglês e Desportiva e Ensino da Música para todos os anos de escolaridade e Expressões para os 1º e



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

24

2º anos de escolaridade); Transferência de verbas para Agrupamentos de Escolas para material didáctico e material de desgaste; Disponibilização de pessoal não docente para os estabelecimentos de ensino pré-escolar e do 1º CEB do concelho (auxiliares de acção educativa para estabelecimentos de ensino e auxiliares para apoio à Componente de Apoio à Família, Programa de Generalização de Refeições Escolares e Programa de actividades de Enriquecimento Curricular); Fornecimento de refeições escolares em todas as Escolas do 1º CEB; Implementação do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar – refeições escolares e componente de apoio à família (prolongamento) em todos os Jardins-de-infância do concelho; Gratuitidade das refeições escolares e componente de apoio à família (prolongamento) em todos os Jardins-de-infância do concelho; Candidatura ao Programa de distribuição gratuita de fruta nas escolas do 1º CEB; Implementação do sistema de Acção Social Escolar para apoios económicos à alimentação e manuais escolares no 1º CEB; Gratuitidade dos transportes escolares para todos os níveis de ensino; Transportes escolares para todos os níveis de ensino, salvaguardando o princípio da uniformização dos horários escolares independentemente da localidade; Transporte de pessoas com necessidades educativas especiais para instituições especializadas fora do concelho (Vila Real e Sabrosa); Cedência de transporte a várias instituições do concelho (de carácter social, cultural, recreativo e desportivo); Colaboração com projectos de intervenção social que promovem actividade para crianças e jovens; Transferência de verbas para as Juntas de Freguesia para suporte de despesas de manutenção, limpeza, lenha ou outro tipo; Distribuição de produtos de limpeza em estabelecimentos de ensino de freguesias com as quais não foi estabelecido Protocolo de cooperação; Distribuição de produtos para prevenção da Gripe A (desinfectantes, toalhetes descartáveis,...) para instalação em todos os estabelecimentos de ensino; Colaboração com Agrupamentos de Escolas, Protecção Civil e Centro de Saúde de Alijó com vista à elaboração de planos de contingência para Gripe A; Assistência técnica ao material informático e de outro tipo instalado nos estabelecimentos de ensino do concelho; Construção do Centro Escolar de Alijó; Realização de obras de reparação e beneficiação em edifícios escolares e espaços circundantes; Apoio e colaboração na dinamização de actividades direccionadas a crianças e jovens; Limpeza e desinfectação de edifícios escolares e áreas circundantes; Manutenção de sistemas de aquecimento nos estabelecimentos de ensino e distribuição de briquetes; Participação na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Alijó e nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas de Alijó e do Pinhão; c – Saúde Pública: - Inspeção do pescado fresco vendido no Mercado Municipal de Alijó e no supermercado Intermarchê; - Inspeção da carne fresca vendida em todos os talhos do concelho de Alijó; - Controlo do destino das matérias da categoria 3 (subprodutos), geradas pelos talhos do concelho de Alijó, conforme o disposto no Regulamento CE/1774/2002 do Parlamento Europeu e do Concelho de 2002/10/04, e o Decreto-Lei nº 244/2003 de 07 de Outubro; - Prestação de cuidados de saúde animal, com consultas a custo zero para o proprietário; - Campanha de vacinação anti-rábica em época especial; - Emissão de guias de trânsito para deslocação entre explorações de equinos, e para deslocação de ovinos e caprinos entre exploração e matadouro; - Avaliação de projectos e vistoria prévia de estabelecimentos de venda e/ou manufactura de produtos alimentares, para posterior emissão de Licença de Utilização



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Daslumbrante Património Natural

25

Camarária, com emissão de parecer; - Avaliação de queixas de insalubridade envolvendo animais; -Coordenação semanal com o canil Intermunicipal de Vila Real, para programação e execução de capturas de canídeos errantes no concelho de Alijó; -Vistorias a veículos de venda ambulante de bens alimentares, para emissão/renovação de cartões de vendedor ambulante; -Controle documental dos animais presentes no Concurso Pecuário dos Reis, em Vila Verde;

e – Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local

Área de Intervenção	Participantes	Objectivos	Forma de Intervenção
Concelho de Alijó Sector Agro-Pecuário – Alijó, Pópulo, Santa Eugénia.	. GADL; . Promotores.	Acompanhamento do processo de adaptação ao novo regime de exercício das actividades nas explorações Pecuárias e Cozinhas Regionais de acordo com o Dec-Lei n.º209/2008	. Formalização dos pedidos de alteração dos licenciamentos existentes, para o regime de licenciamento tipo 3 (actividade produtiva local e/ou actividade produtiva similar). . Introdução dos processos na plataforma do REAL (regime de exercício da actividade industrial)
Concelho de Alijó – Alijó Sector Agrícola /Ambiente - Registo de Recursos Hídricos	. GADL; . Agricultores.	. Orientação dos agricultores sobre o registo dos recursos hídricos (obrigatoriedade ou não, dependendo da capacidade de cada recurso) . Elaboração de processos de registo de fossas, com obrigatoriedade de registo	. Informação directa aos agricultores, que solicitaram apoio, bem como elaboração de processos de registo efectuados no Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local.
Concelho de Alijó – Alijó Sector Agrícola /PRODER - Alijó, Carlão, Vilar de Maçada	. GADL; . Agricultores; . Junta de Freguesia de Carlão e Vilar de Maçada	. Requalificação de caminhos agrícolas e electrificação rural (Acção 1.6.5. Projectos Estruturantes – Construção e Requalificação de Caminhos Agrícolas e Electrificação Rural)	. Elaboração e envio de 3 candidaturas ao PRODER: - Acção 1.6.5. (Construção e Requalificação de Caminhos Agrícolas e Electrificação Rural); . Elaboração de PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO para o CONCELHO.
Concelho de Alijó – Alijó Sector/Formação	. GADL; . IGAP	Informação sobre o novo Regime Jurídico de Instalação, Exploração e Funcionamento de Empreendimentos Turísticos.	. Participação no Curso de Formação com coordenação do IGAP.
Concelho de Alijó Empreendedorismo LEADER/MODCOM	. GADL; . Associação Douro Histórico; . Empreendedores; . SPA, Consultoria; . Juntas de Freguesia	. Apoios disponíveis, para a modernização, inovação e aumento de competitividade das empresas comerciais existentes. . Divulgação do Programa MODCOM (apoios disponíveis para a modernização do comércio)	. Reuniões de trabalho com 2 empreendedores, de forma a efectuar enquadramento dos investimentos turísticos a realizar; . Elaboração e distribuição de folhetos informativos sobre o Programa de apoio MODCOM; . Reuniões individualizadas com 10 comerciantes que pretendem recorrerem ao programa de apoio PRODER.



MUNICÍPIO DE
ALIJO

Deslambraote Património Natural

26

Concelho de Alijó – Alijó Sector Comércio/Industria	<ul style="list-style-type: none">. Juntas de Freguesia do Concelho de Alijó;. GADL;. INE	<ul style="list-style-type: none">. Levantamento e caracterização das empresas existentes no Concelho;. Criação de uma base de dados com todas as empresas sediadas no Concelho, de acordo com informação dada pelo INE e Presidentes das Juntas de Freguesia	<ul style="list-style-type: none">. Reuniões de trabalho com Juntas de Freguesia.
Concelho de Alijó – Turismo – Rota do Azeite	<ul style="list-style-type: none">. GADL;. Aderentes da Rota do Azeite;. Associação de Desenvolvimento da Rota do Azeite de Trás-os-Montes;. Rota do Vinho do Porto;. Rota das Vinhas de Cister.	<ul style="list-style-type: none">. Colaboração na promoção do Projecto Rotas do Douro (candidatura aprovada ON.2)	<ul style="list-style-type: none">. Participação nas reuniões de trabalho sobre estratégica a implementar, na Promoção das Rotas do Douro.
Concelho de Alijó (Sector Cinegético – Zona de Caça Municipal de Alijó - ZCMA- Proc. DGRF n.º 2596)	<ul style="list-style-type: none">. GADL;. Guarda-florestal Auxiliar;. Conselho Cinegético;. DGRF;. Juntas de Freguesia.	<ul style="list-style-type: none">. Melhorar a Gestão da ZCMA.	<ul style="list-style-type: none">. Realização de Censos com vista a uma melhor Gestão da ZCMA, bem como forma de obter informação acerca do sucesso dos repovoamentos realizados;. Realização de repovoamentos de Perdiz Vermelha em áreas previamente definidas;. Avaliação periódica do estado de comedouros instalados e bebedouros naturais;. Foram efectuadas acções de profilaxia sanitária no Posto de Reprodução de Coelho Bravo existente na ZCMA;. Criação e sinalização na ZCMA de corredores de passagem (espécies migratórias de inverno – tordos);. Divulgação através do Site do Município de toda informação necessária para o exercício da Caça na ZCMA, para época venatória 2009/2010, tal como divulgação da lista dos caçadores admitidos a sorteio, dos caçadores sorteados e não sorteados;. Serviço administrativo da ZCMA: - Emissão de autorizações especiais de caça, requerimentos para renovação de carta de caçador, requerimentos para exame da carta de caçador, recebimento de requerimentos para



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

27

			<p>pedidos de indemnização dos prejuízos causados por algumas espécies cinegéticas e requerimentos para autorização de correcção de densidade ao Javali por prejuízos causados;</p> <ul style="list-style-type: none">. Tratamento e envio de correspondência ao caçador;. Fiscalização da ZCMA;. Vistorias para decisão dos pedidos de indemnização e recomendação de medidas preventivas;. Acções com vista à correcção da predacção na ZCMA;. Elaboração dos processos de incentivo à criação de áreas de alimentação (sementeiras) para as principais espécies cinegéticas na ZCMA, solicitados por agricultores.
<p>Concelho de Alijó (Sector Pesca – Zona de Concessão da Albufeira de Vila Chã Alvará n.º206/2008)</p>	<ul style="list-style-type: none">. GADL;. Guarda-florestal Auxiliar;	<ul style="list-style-type: none">. Melhorar a Gestão da Concessão de Pesca da Albufeira de Vila Chã	<ul style="list-style-type: none">. Serviço administrativo da Concessão de Pesca;. Informação por Edital da Abertura do período de pesca desportiva na Albufeira de Vila Chã;. Emissão de autorizações diárias para pescar na Albufeira de Vila Chã;. Elaboração do processo documental da candidatura ao PRODER, na Acção – “Gestão Multifuncional”
<p>Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC)</p> <p>Sector Florestal – PMDFCI</p>	<ul style="list-style-type: none">. GADL;. GTF;. COM.	<ul style="list-style-type: none">. Coordenar as acções de Serviço Municipal de Protecção Civil em alertas amarelo e laranja, segundo avisos do CDOS e IM.	<ul style="list-style-type: none">. Acompanhamento de todas as ocorrências no Concelho de Alijó e nos Concelhos limítrofes.
<p>Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI</p>	<ul style="list-style-type: none">. COM;. GTF;. SF 10-117. Comandantes de todas as Corporações de Bombeiros do Concelho.	<ul style="list-style-type: none">. Coordenar as acções de Serviço Municipal de Protecção Civil em alertas amarelo e laranja, segundo avisos do CDOS e IM.	<ul style="list-style-type: none">. Acompanhamento dos trabalhos realizados por todos os agentes envolvidos nas limpezas das estradas municipais devido à forte precipitação provocando deslizamento de terras.
	<ul style="list-style-type: none">. COM;	<ul style="list-style-type: none">. Coordenação e planeamento das	<ul style="list-style-type: none">. Acompanhamento dos trabalhos



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Daslumbrante Património Natural

28

Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI	. GNR; . Presidentes de Junta Freguesias Pinhão, Vale de Mendiz, Casal de Loivos; . Operador Máquina do Município de Alijó.	acções de remoção e limpeza da estrada nacional 322-3 (Favaios – Pinhão).	realizados por todos os agentes envolvidos na limpeza da estrada nacional 322-3 devido à forte precipitação provocando deslizamento de terras.
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI	. COM; . SF 10-117; . GADL; . Bombeiros do Concelho de Alijó.	. Coordenação das acções de Serviço Municipal de Protecção Civil em alertas amarelo e laranja, segundo avisos do CDOS e IM – Queda de neve.	. Acompanhamento e monitorização de todas as ocorrências no que diz respeito às más condições de trânsito devido à queda de neve.
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI	. GTF; . Afiodounorte.	. Planificação e elaboração do PEIF e PGF da ZIF Alijó Norte.	. Reunião de trabalho e recolha de informação geográfica.
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI	. GADL; . GTF.	. Conselhos sobre queimas e queimadas aos proprietários. . Esclarecimento e acompanhamento pedido de autorização de abate de sobreiros.	. Aconselhamento, de forma permanente, das medidas preventivas a seguir durante a execução de queimas e queimadas. . Ajuda preenchimento formulário.
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI	. GADL; . GTF; . EDP.	. Planificação das FGC nas linhas de distribuição e transporte de energia para 2010.	. Reunião de trabalho.
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI	. GADL, GTF, COM, Sapadores Florestais (SF 10-117 Alijó).	. Realização e cumprimento das faixas de gestão de combustível definidas no PMDFCI.	. Acompanhamento na execução de trabalhos de silvicultura preventiva.
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI	. Governador Civil Vila Real; . GTF's do Distrito de Vila Real; . AFN; Codis.	. Situação dos PMDFCI; . Protocolo entre Governo Civil, AFN, ANMP para utilização de máquinas pesadas; . Projecto de Fogo Controlado; . Uso do fogo – contra-ordenações.	. Reunião de trabalho.
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil	. COM; . GTF; . SF 10-117 Alijó.	. Acções de Queimadas; . Faixas de Gestão de Combustível na rede viária municipal.	. Acompanhamento dos trabalhos realizados.

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

29

(SMPC) Sector Florestal – PMDFCI			
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI	. Governador Civil Vila Real; . GTF's do Distrito de Vila Real; . Entidades pertencentes à CDDFCI.	. Avaliação e metas a atingir para entrega da revisão do PDDFCI. . Situação do PDDFCI.	. Reunião de trabalho.
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI	. COM; . AMVDN.	. Ponto de situação da aprovação da candidatura efectuada para elaboração dos Planos Municipais de Emergência.	. Reunião de trabalho.
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI	. COM; . Comandantes de todas as Corporações de Bombeiros do Concelho.	. Planificação de formação conjunta.	. Reuniões de trabalho tendo em vista a realização de formação uniformizada para todos os corpos de bombeiros do Concelho de Alijó. . Acompanhamento das acções de formação e instrução.

Alijó, 22 de Fevereiro de 2010, O Presidente da Câmara José Artur Fontes Cascarejo, Dr.

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Agradece o esclarecimento do Membro António Taveira e acrescenta que não foi nenhuma Câmara isoladamente que criou este sistema; A entrada na União Europeia, do ponto de vista ambiental, é extraordinariamente exigente, porque quando o país aderiu, do ponto de vista ambiental e a generalidade dos países do sul, estavam muito atrasados, comparativamente com os países do centro e do norte da Europa, mas a Europa exige, através de directivas comunitárias, no ambiente, a educação, na saúde, nas infra-estruturas, nos equipamentos colectivos, nos recursos físicos e financeiros, contrapartidas. Indica ainda que a lógica dos fundos comunitários, é a União Europeia como um todo, apoiar os diferentes países para eles se situarem nos diferentes índices, a um nível médio. Ao nível do ambiente ocasionou o referido fortíssimo investimento e que as Câmaras isoladamente não podiam fazer, porque não tinham capacidade para tal. O Governo de então foi obrigado a introduzir no direito interno essa directiva comunitária, plasmado no PEAASAR I, II e III, que estabelece metas para chegarem a um determinado índice ao



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

30

nível do tratamento de água, de resíduos sólidos, etc. Esclarece que as Autarquias não tinham dimensão para ir a um fundo específico criado para esse efeito, o chamado Fundo de Coesão, da passagem do segundo para o terceiro Quadro Comunitário de Apoio, foi negociado a nível nacional e foi a única hipótese que tiveram no âmbito da Região de Trás os Montes e Alto Douro, de ter pela primeira vez, acesso ao Fundo de Coesão. No entanto esta situação exigiu a criação do sistema multimunicipal em que as Águas de Trás os Montes, numa primeira fase ficaram apenas com a alta e as Autarquias ficaram com a baixa; o mesmo se verifica no sistema de resíduos. Como não é compatível financeiramente, cada Município resolveu este problema isoladamente, vão aderir a uma empresa que pertence às Águas de Portugal. Indica que ao nível desta Região, vão aderir à empresa RESINORTE, a qual vai abarcar a Associação de Municípios do Vale do Douro Norte, a Associação de Municípios do Vale do Douro Sul, o Alto Tâmega, até Penafiel/Paredes. Trata-se de extensões territoriais enormes e população diminuta, levando ao problema da sustentabilidade do sistema; como as directivas comunitárias exigem o princípio do utilizador/pagador, para que o resultado final da exploração seja igual a zero, ou seja, pode não ter lucro mas também não pode ter prejuízo, torna-se necessário montar um processo de engenharia financeira que sustente esta situação; este é o problema ambiental número um do país. Na água e resíduos não resta outra solução que não sejam fusões cada vez maiores em maior escala. Em sua opinião a escala vai acabar por coincidir ou com as CCDRs (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve) ou no próprio país. Está provado que quer ao nível dos Municípios, quer de pequenas Associações de Municípios, não é comportável o sistema com as normas e exigências da Comunidade Europeia. Agradece a simpatia do Membro Pedro Pimentel e deseja-lhe as maiores felicidades. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Introduce o *Ponto Dois da Ordem de Trabalhos "Pedido de Aprovação da 1.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2010"*. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relativamente a este Ponto da Ordem de Trabalhos, esclarece a diferença entre modificações e revisões; O Plano de Actividades e Orçamento é aprovado num determinado tempo, sendo um documento aberto e flexível, que esteja capacitado para receber alterações e modificações, conforme o evoluir das situações. O Plano de Actividades foi aprovado



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslambrao Património Natural

31

recentemente e surge a necessidade de fazer uma modificação, não tendo dúvida de que este ano, será o ano com mais modificações, com mais revisões e alterações, fundamentalmente por dois motivos: primeiro porque fizeram um Plano sem saberem com rigor quanto vão receber das transferências do Orçamento Geral do Estado, tendo sido feito por estimativa, com base num artigo da Lei das Finanças Locais; Em segundo porque tendo em conta a catástrofe da Madeira e a necessidade de redução do défice, não acredita que a expectativa do Executivo seja cumprida. Está convicto que este será um ano de muitas dificuldades na gestão do Plano de Actividades e Orçamento, sendo assim provável que tenham que recorrer a este instrumento jurídico e legal das modificações e das revisões. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições e não havendo Inscrições, coloca a votação o *Ponto Dois da Ordem de Trabalhos "Pedido de Aprovação da 1.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2010"*, sendo aprovado por maioria com 26 votos a favor e 10 abstenções; -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** introduz o *Ponto Três da Ordem de Trabalhos "Apreciação do Relatório de Execução do Plano de Saneamento Financeiro"*. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Esclarece que estão a cumprir uma imposição legal que está presente sempre que é aprovado um Plano de Saneamento Financeiro, ou seja, é necessário acompanhá-lo, auditá-lo, fazer a monitorização desse mesmo Plano, fazer relatórios de execução específica enquanto durar o dito Plano. O documento presente tem a ver com o primeiro relatório decorrente desta situação; independentemente da argumentação apresentada do ponto de vista político, centra-se em alguns aspectos prévios, a fim de enquadrar este documento. Refere assim que o primeiro aspecto se prende com o que sempre defenderam, quando decidiram utilizar este caminho, para tentar ultrapassar os problemas, ou seja, nos tempos que correm, mas sobretudo quando no âmbito dos diferentes Quadros Comunitários de Apoio, pediram aos diferentes Municípios para fazerem investimentos, o que foi aceite pelos mesmos; quando os Municípios começaram este caminho, não havia défice orçamental, não havia a nova Lei das Finanças Locais, não havia os limites ao endividamento e ainda existia uma linha de crédito bonificada (Banco



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

32

Europeu de Investimentos), em que ficava praticamente a custo zero, em termos de juros, qualquer investimento camarário, que fosse para garantir a contrapartida nacional para poder concretizar estes investimentos, situação esta que se alterou radicalmente nos últimos anos. Refere ainda que os Municípios se colocaram perante um dilema: ou concretizavam esses investimentos endividando-se, ou não o faziam e a oportunidade de fazer o Teatro Auditório Municipal, o Centro de Saúde, o saneamento, a variante, o caminho rural, entre outras necessidades para a qualidade de vida dos cidadãos e essenciais para o desenvolvimento, não seria feito e passava a oportunidade. Indica que a prova é que Alijó não está nem nas dez melhores Câmaras, nem nas dez piores, estando na média das Câmaras com iguais características. Esclarece que esta situação não é tão grave como os Municípios que não dependem quase a 100% das transferências gerais do Estado, porque estas transferências para estes representam muito pouco do seu orçamento porque têm uma actividade económica muito dinâmica e em IMI, IMT e outro tipo de taxas e impostos representam cerca de 80 a 90% do orçamento deles, não ficando tão condicionados às dificuldades acrescidas; Municípios rurais e do interior, que dependem quase a 100% das transferências da Administração Central para poder realizar os seus investimentos e ficarem impedidos de recorrer ao crédito para garantir os investimentos, é “pura e simplesmente esganá-los”, impossibilitá-los de fazerem os investimentos ou terem que recorrer a outros instrumentos financeiros para os realizar, tendo que posteriormente transformar dívida de curto prazo, em dívida de médio e longo prazo, tal como estão a fazer com o documento em discussão. Esclarece que isto obriga a outra exigência, obrigando a diminuir despesas com pessoal, a diminuir despesas correntes, assim como um certo volume de investimento, mas se assim não fosse, não poderiam ter já feito os investimentos que já fizeram, nem viriam a fazer ainda mais, com a folga de investimento disponível, ficando numa situação em que não podiam cumprir os compromissos assumidos no passado e sem poder assumir novos compromissos. Indica ainda que o facto de obrigar a uma maior disciplina, a um maior rigor do ponto de vista financeiro, é positivo porque tal como está expresso no documento, pretendem continuar a avançar para os investimentos e ao mesmo tempo reequilibrar e honrar os compromissos já assumidos, assim como contribuir para injectar dinheiro na economia real e evitar a falência de pequenas e médias empresas, que são no fundo, os fornecedores de uma Autarquia. Refere que nos tempos de



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

33

crise Mundial, Europeu e Nacional, em territórios de baixa densidade e com fraca dinâmica social e económica como são todos do interior do País, não resta outra alternativa. Acrescenta que vão fazer tudo dentro dos limites dos instrumentos jurídicos, institucionais, burocrático - financeiros quer através da União Europeia, quer através do Estado/Administração Central. Sublinha ainda que, ao contrário de outras instituições, como por exemplo as Estradas de Portugal, não tiveram neste documento o que os mesmos tiveram nas suas propostas; as Estradas de Portugal avançaram com investimentos, o Tribunal de Contas recusou o visto prévio desses investimentos, significando que havia algo de errado; no caso do Município de Alijó, o Tribunal de Contas analisou em pormenor este projecto de Saneamento Financeiro e validou-o, significando que o Tribunal de Contas considera que para continuarem a trabalhar, este é o instrumento adequado. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Relativamente a este relatório, indica que se estivessem no poder executivo da Câmara Municipal, conforme tem sido afirmado há vários anos, não seguiriam este caminho. Após leitura do relatório apenas podem concluir e reforçar o que foi afirmado na Assembleia Municipal de Dezembro de 2009. Indica que a situação financeira da Câmara Municipal de Alijó é muito preocupante e tende a degradar-se mais no que diz respeito ao excessivo endividamento; na quase totalidade do montante de nove milhões e trezentos mil euros, pedidos de empréstimo em 2009, foi gasto no decurso desse mesmo ano, conforme pode ser comprovado em Acta desta Assembleia Municipal. Salaria que deste empréstimo, bastante avultado, para o Saneamento Financeiro do Município, vai durar doze anos, indo pagar só de juros quatro milhões e quinhentos mil euros; durante o ano de 2009 já se venceram mais de cinco milhões de euros de novas dívidas a fornecedores. Solicita esclarecimento de como a Câmara Municipal irá pagar as dívidas de curto prazo já vencidas aos fornecedores. Solicita ainda que elucide sobre as contas do Município de Alijó se estão ou não saneadas com este mega empréstimo contraído em 2009. Indica ainda que os preocupa o facto de esta situação não ser já uma novidade, pois já em 2006, por decisão do Executivo Socialista, a Câmara Municipal de Alijó, contraiu um empréstimo bancário no valor de um milhão, cento e quarenta e três mil, seiscentos e treze euros, o qual se



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

34

destinava a um saneamento Financeiro. No entanto este empréstimo nada parece ter saneado como se pode ver na evolução do passivo a curto, prazo registou-se um substancial aumento nos anos seguintes; o próprio Plano de Saneamento Financeiro, previa para 2009 uma dívida a terceiros, de curto prazo, de duzentos e setenta mil euros, mas em 30 de Novembro de 2009, a dívida real é superior em cerca de seis milhões de euros. Considera que o endividamento do Município de Alijó neste momento está completamente descontrolado. Na questão dos investimentos, o Sr. Presidente da Câmara usou o argumento dos investimentos feitos para financiamentos de projectos para comparticipação comunitária; relativamente às comparticipações comunitárias, este Município relativamente a essas comparticipações, já tinha contraído um empréstimo em Dezembro de 2007 para esse fim, em cerca de dois milhões de euros. Refere ainda que “não há como disfarçar a gravidade da actual situação” da Câmara Municipal de Alijó. Conclui com uma frase constante do dito relatório: “...o Endividamento Líquido apresenta, à data de 30 de Novembro de 2009, uma tendência de crescimento, pelo que os responsáveis da Autarquia irão tomar medidas, imediatas, no sentido de dar cumprimento ao estabelecido no PSF”. Questiona o Sr. Presidente na tentativa de saber quando serão aplicadas tais medidas. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos solicitados: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Agradece as questões colocadas pelo Membro Pedro Pimentel e lembra que uma série de Câmaras começaram a ter dificuldades em cumprir a que se tinham comprometido executar. Afirmo que estão no início do terceiro Mandato e quando assumiu funções, no seu primeiro Mandato, a Câmara devia vinte e cinco milhões de euros; em dois Mandatos, passaram de vinte e cinco milhões de euros de encargos facturados, assumidos e não pagos para dez milhões de euros, ou seja, em dois Mandatos pagaram mais de metade da dívida com que tomaram as responsabilidades quando foram eleitos pela primeira vez. Esclarece que a raiz desta dívida era basicamente três grandes questões: investimentos estruturantes para o Município, tal como as Piscinas Municipais, Teatro Auditório Municipal e um conjunto de obras na área das pavimentações, intempérie e saneamento básico, mas sobretudo o investimento nos bairros sociais, em que as Câmaras foram quase obrigadas a ir por aquele caminho, pelo Estado/Administração



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

35

Central. Quando iniciou o primeiro Mandato era necessário concluir o Bairro de Casal de Loivos, o Bairro Social do Pinhão, o Bairro Social de Favaivos, o Bairro Social de Santa Eugénia, o bairro social de Sanfins do Douro e o Instituto Nacional de Habitação relativamente a estes bairros, apoiava a 50% a construção das casas e tudo o resto era da responsabilidade da Autarquia, significando que estes mesmos bairros não ficaram para a Câmara a 50% mas sim a 70 ou 80% e ao Instituto Nacional de Habitação ficou em cerca de 20%. Lembra que para fazer os muros de suporte, as infra-estruturas e expropriar os terrenos a Câmara gastou cerca de 90%, no entanto tinham que ser feitos porque caso contrário a Câmara tinha que indemnizar o Estado por incumprimento; Refere ainda que muitas pessoas que ocuparam essas casas não eram pessoas com grande carência, mas sim com média carência, tendo em conta os candidatos que se apresentavam, porque estes programas foram pensados para o Litoral e não para o interior. Refere que a Câmara devia ser apoiada na estratégia que passou a adoptar: recuperar casas que já existem em cada aldeia, em cada caso concreto, para as pessoas efectivamente necessitadas, referindo ainda que aderiram ao programa de Conforto Habitacional para Idosos, dando condições de vida aos idosos necessitados, como por exemplo casa de banho. Por vezes é referida a falta de saneamento básico, por alguns Presidentes de Junta, no entanto lembra que ainda há alguns cidadãos em todos os Concelhos do País que não têm casa de banho. Com os apoios sociais em vez de fazerem um investimento brutal que posteriormente terá que ser entregue a pessoas que nalguns casos não terão muita necessidade, estão a fazer o contrário, ou seja, analisam caso a caso e em função de necessidades efectivamente reconhecidas por todos. Lembra que isto representa um esforço brutal da Câmara que ainda hoje estão a pagar e tal como consta do relatório, na área social, para compensar o brutal investimento feito nesta área, tentou negociar com Instituto Nacional de Habitação, mal terminasse o prazo que os Fundos Comunitários exigem que esses investimentos continuem como habitação social, os pudessem vender aos próprios, conseguindo que as próprias pessoas passem a ser donas de um imóvel por um preço acessível, possam tratar dele como seu, deixando a Câmara de gastar outro balúrdio na manutenção e conservação do parque da habitação social, passando as pessoas a tratar da sua própria casa com outro desvelo. Indica que embora a um preço verdadeiramente simbólico, a Câmara arrecada verbas, para ir abatendo à sua dívida, nomeadamente à parte que tem a ver com a



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

36

ma
João
Paulo

despesa corrente. Esclarece que se a Lei permitisse, já tinha colocado à venda todos os bairros sociais, uma vez que representava um encaixe extraordinário para a Câmara. Faz referência que neste período de crise, aprovaram no Mandato anterior auto limitarem-se nas receitas do Município. Com efeito desceram a Derrama, desceram o IMI, desceram o IMT, aprovaram um Plano anti-crise em que não subiram nenhuma das rendas de habitação social e diminuíram todo o tipo de impostos. Refere ainda que a única coisa que não alteraram, porque fizeram um estudo sobre a questão entre a diferença dos 3 e 5% da Taxa de IRS, outra despesa que podiam auto limitar-se porque de acordo com os dados das Finanças, representam para as pessoas, uma insignificância em termos pessoais mas para o Município na totalidade, representa uma receita significativa. Esclarece que o fizeram porque estavam numa enorme dificuldade financeira, tanto ao nível das pessoas como das empresas, numa situação de crise generalizada; relembra que nos Municípios da Região, o único que tomou esta medida do IRS foi o Município de Murça. Indica que foram referidos, por um Membro, uma série de empréstimos, os quais correspondem à verdade, justificando que tiveram que pedir os mesmos, via Saneamento Financeiro, porque antes, podiam através do Banco Europeu de Investimento, alocar recursos financeiros para fazer investimento a custo zero, em termos de juros e não contavam para os limites ao endividamento, no entanto com a nova Lei das Finanças Locais, tudo isto começou a contar para os limites de endividamento, passou ainda a contar numa lógica de receita e despesa, impedindo assim de recorrer aos instrumentos financeiros a que antes podia recorrer, como por exemplo, não pode recorrer ao BEI, não têm crédito bonificado, mas os investimentos estavam já feitos, assim como os compromissos assumidos. Indica que também consta no relatório, que o Pólo Escolar estava previsto ser apoiado em 70%, no entanto foi apenas apoiado em 40%, significando que tinham uma determinada expectativa, a qual foi frustrada, tratando-se de uma diferença de cerca de um milhão de euros. Informa que não aceitou esta decisão e lutaram, alteraram o parecer da DREN e do GEPE relativamente a essa matéria, continuando a batalhar para chegarem pelo menos aos 70%; refere ainda a fusão das adegas, a Câmara gastou cem mil euros num estudo, tem as acompanhado na tentativa de resolver cada situação, o que também tem reflexo nas contas do Município, que apesar de não ter qualquer competência nessa matéria, está a pagar e a tentar ajudar, porque entende que é estratégico para o Concelho, para a Região e até



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

37

para o País. Indica ainda que a outra alternativa ao Saneamento Financeiro, sobre a qual mandou elaborar um estudo à Caixa Geral de Depósitos, no entanto quando viu o que a mesma significava, não aceitou, porque iria hipotecar esta Câmara agora e para os próximos vinte anos. A única alternativa para poder honrar os compromissos já assumidos, seria fazer os investimentos que faltam com parcerias público – privadas. Esclarece que as parcerias públicas – privadas consistem em por exemplo fazer um Auditório, um Campo de Futebol, uma estrada, um polivalente, etc, contratavam uma empresa faziam uma parceria público – privada, a empresa fazia o investimento a qual se financiava no banco e a Câmara em vez de pagar juros ao banco, pagava o investimento e os respectivos juros, à empresa. Pergunta se alguém acredita que uma empresa privada se mete num negócio desta natureza para perder ou se acreditam que uma empresa privada, faz um negócio desta natureza, tendo que recorrer aos bancos para ganhar menos do que os próprios bancos, quando o emprestam directamente à Câmara. Compreendendo as argumentações políticas de cada um, refere que a dívida da Câmara não está descontrolada, está antes controlada, e daí este Saneamento Financeiro que ajuda a controlar a mesma; o conjunto de medidas que referiu e no âmbito da CIMDOURO, estão a tentar fazer com que os Fundos Comunitários, sejam excepcionados, porque caso contrário, terão outro problema, porque enfrentarão uma taxa de execução miserável dos Fundos Comunitários, correndo o risco de chegar ao final do Quadro Comunitário de Apoio e devolver verbas. Indica que entre uma parceria público – privada e o Saneamento financeiro, opta por este último. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA:** Abre novo Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Refere que ficou uma questão por responder, a qual colocou directamente ao Sr. Presidente da Câmara, pretendendo saber se com este mega empréstimo o problema de Saneamento da Câmara Municipal fica ou não, resolvido definitivamente; pretende ainda saber qual o valor total dos empréstimos e dívida real que a Câmara tem nesta data. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimento solicitado: -----



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

38

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Indica que palavras como “definitivamente”, “absolutamente” não existem, porque onde está o ser humano, está a falha, a imprevisão e o erro. Assume um compromisso firme e determinado, a continuar este caminho. No que diz respeito aos empréstimos e dívida, na Conta de Gerência, vai estar reflectida esta preocupação do Membro Pedro Pimentel, dado que as variáveis são de tal forma imprevisível, subjectivas e não fixas neste momento, que usando de toda a seriedade e honestidade não seria possível fornecer tal número. Indica ainda que foram apanhados no meio de um percurso em que alteraram as regras fundamentais e quando foram apanhados nesta “tempestade” de alteração de regras, foi necessária uma adaptação, restando apenas dois “instrumentos”: parcerias público – privadas ou Saneamento Financeiro, tendo optado pelo último, por três motivos. O primeiro motivo porque é mais fiscalizado, mais auditado e mais rigoroso; o segundo motivo é porque não hipoteca o futuro da Câmara para outros anos vindouros; o terceiro motivo prende-se com o facto de não acreditar o banco faça melhores condições a um intermediário, do que directamente ao próprio Município. Frisa ainda que havia uma alternativa, que seria não fazer todos os investimentos que tão necessários são ao desenvolvimento do Concelho. -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA:** Coloca a votação *Ponto Três da Ordem de Trabalhos “Apreciação do Relatório de Execução do Plano de Saneamento Financeiro”* tendo sido aprovado por maioria com 28 votos a favor e 09 votos contra. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** introduz o *Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos “Pedido de Autorização para delegação e execução de competências próprias da Câmara Municipal, nas Juntas de Freguesia”*. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Indica que de acordo com as alterações à Lei, têm que aprovar este Ponto da Ordem de Trabalhos para poderem proceder às transferências para as Juntas de Freguesia e poderem concretizar o que acordaram com os Srs. Presidentes de Junta ao nível do Plano de Actividades e Orçamento. Esclarece que este documento tem duas componentes, uma primeira que é genérica, em que elencam todo o conjunto de competências que podem ser transferidas da Câmara para as Juntas de Freguesia e um outro documento que permite perante esse universo de competências a cada Autarquia, comprometer-se com a Câmara, relativamente às que



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

39

quer efectivamente concretizar. Esclarece ainda que sem estes dois documentos aprovados no início de cada Mandato em Reunião de Câmara e em Assembleia Municipal, não é permitido por Lei à Câmara, fazer as transferências para as Juntas de Freguesia. Considera este, um passo absolutamente necessário, dado ser um pré-requisito para poderem cumprir este objectivo político. -

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO MÁRCIO RIBEIRO:** Pretende realçar a importância do documento em análise, que se afigura relevante no relacionamento entre o Município e as Freguesias, indicando que o seu sentido de voto será favorável. Refere que o procedimento adoptado não lhe parece o mais eficaz, o mais célere e expedito, acabando até por ser burocrático. Refuta o carácter apodíctico deste procedimento, não resulta da Lei, ao contrário do que está expresso na exposição introdutória no preâmbulo da proposta, que este tivesse que ser o procedimento a adoptar. Não lhe parece que faça sentido estar a fazer um protocolo genérico, transcrevendo o cardápio de funções que o Município pode delegar nas Freguesias, bastando apenas que o Município em Reunião de Câmara e Assembleia Municipal uma autorização genérica sem ser necessariamente revertida em protocolo. Solicita ao Sr. Presidente de Câmara esclarecimento sobre o grau de vinculação deste protocolo, ou seja, em que medida o dito protocolo é juridicamente fonte de obrigações para os respectivos outorgantes, sobretudo tendo em atenção ao que se passou no Mandato anterior, em que houve Juntas de Freguesia que não receberam transferências com a justificação de que não teriam celebrado o protocolo; houve outras Juntas de Freguesia que não tendo celebrado o protocolo, receberam transferências por parte do Município, reportando-se à Freguesia da Ribalonga, em que o protocolo foi rejeitado em Assembleia de Freguesia, por unanimidade, indicando ainda que após a rejeição, foi objecto de protocolos adicionais, segundo informação dos serviços financeiros da Câmara, não sabendo no entanto se corresponde à verdade. Indica ainda que houve casos em que as Freguesias não terão recebido a totalidade das verbas contempladas porque falta de cumprimento da parte respectiva do protocolo, não sabendo se de facto corresponde à verdade. Solicita ao Sr. Presidente da Câmara que esclareça em que medida é que o valor que vai ser colocado no protocolo de execução esgota ou sobrepõe ao valor das transferências correntes e de capital previstas no



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

40

orçamento, ou se eventualmente para execução das transferências delegadas, será necessário fazer protocolos adicionais, ou revisões /modificações orçamentais no sentido de os meios financeiros incluídos representarem um acréscimo relativamente ao que está actualmente em orçamento. Lança um apelo, pois do cardápio de competências que podem ser delegadas, verificam que a gestão da caça (licenças, etc,) poderia ser feito pelas Juntas de Freguesia, uma vez que crê que as mesmas não sofrem de nenhuma *Capitis Diminutio* que as impeça de fazer essa gestão, dado fazerem já a gestão de outros processos, nomeadamente o licenciamento de canídeos, felídeos, pretendendo saber se existe alguma justificação de carácter técnico para que no protocolo não esteja prevista esta competência. Indica que se for possível, a Junta de Freguesia da Ribalonga disponibiliza-se para esta tarefa, à semelhança de outras competências que por Lei lhe estão atribuídas. Deseja que este protocolo possa ser um instrumento de discriminação positiva e um meio de repor alguma igualdade no tratamento das Freguesias e possa permitir, por via deste protocolo, resolver o problema de algumas Freguesias, nomeadamente Ribalonga, que se vê a braços com grandes dívidas. -----

-----**MEMBRO FILOMENA NOGUEIRA:** Refere que a sua intervenção está de acordo com a intervenção do Membro que a antecedeu, concordando com a delegação de competências desde que acompanhadas do respectivo apoio financeiro. Esclarece que algumas das competências, são já executadas por algumas Juntas de Freguesia, incluindo a sua, nomeadamente no que diz respeito à limpeza de valetas, bermas e caminhos, conservação das ruas e passeios, sinalização de algumas ruas, gestão, conservação e limpeza de jardins, etc, no entanto os recursos são fracos, solicitando que seja “acrescentado mais algum dinheiro” ao que já têm para que assim possam fazer mais e melhor. Refere ainda que, com menos dinheiro, são capazes de fazer mais e melhor do que a própria Câmara porque conhecem melhor o terreno. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos solicitados: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Indica que das duas intervenções que se antecederam distingue dois tipos de questões: uma de carácter jurídico e formal e outra substantiva; no que diz respeito à questão jurídico – formal, formulada pelo Membro Márcio Ribeiro, esclarece que a forma como estão a executar estes protocolos, obedece a um acordo consensualizado no âmbito da



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

41

Associação de Municípios Portugueses e no âmbito das próprias Associações territoriais. Aceita que pudesse ser de outra forma, mas a ideia de elencar a totalidade das competências, permite a todos, quer à Câmara, quer às Juntas de Freguesia, ver o público-alvo ou o quadro geral onde se podem enquadrar. Não contraria a afirmação do Membro quando afirma que isto é dispensável, podendo ser remetido para a Lei, mas nestas matérias “mais vale pecar por excesso do que por defeito”. Afirma que pretende que fique claro tudo o que pode ficar protocolado, ponto por ponto e posteriormente, cada um, de acordo com as suas necessidades e prioridades, estabelecem com a Autarquia, as que quer assumir. No que diz respeito à questão substantiva esclarece que ignorava em absoluto que a Junta de Freguesia da Ribalonga tinha recusado o protocolo de delegação de competências, no Mandato anterior, porque foi efectivamente concretizado e assinado entre a Câmara e a Junta de Freguesia, desconhecendo a questão jurídica que o Membro Márcio Ribeiro referiu. Dá conhecimento de uma situação concreta que ocorreu no Mandato anterior, em que a Sra. Presidente de Junta da Freguesia de Vila Verde, não concordou com as verbas que lhe estavam previamente atribuídas e durante um ano, não assinou o protocolo e não recebeu qualquer verba; após um ano, assinou o protocolo e recebeu as respectivas verbas. Relativamente à questão da gestão da caça, indica que não está presente o responsável do Executivo que trata desta matéria, Prof. Adérito Figueira, ao qual irá ser colocada esta questão. No que diz respeito à questão substantiva sobre se o valor previsto, esgota, a discriminação positiva e da igualdade das Freguesias, competências e finanças, esclarece que o que está previsto no Plano de Actividades e Orçamento, transferir para as Juntas de Freguesia, ao abrigo do protocolo, o que está expresso, vai ser integralmente cumprido até ao final deste ano económico, para que, os que têm dívida a pagarem e os que não têm dívida, poderão fazer investimento; a única coisa que têm garantido, em termos de transferências, para além daquelas que o Estado/Administração Central já lhes transfere através do Fundo de Equilíbrio Financeiro, são estas, não podendo comprometer-se com algo mais. No entanto se durante este ano económico, a Câmara receber mais transferências do Orçamento Geral do Estado, poderão então fazer adendas, para poder cumprir com a parte das verbas. Esclarece também que está a tentar tratar esta questão com todos os Srs. Presidentes de Junta, de uma forma rigorosa, clara e transparente, para que cada um saiba com o que pode contar. Informa que o auditor



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

42

que fez o Projecto de Saneamento Financeiro, lhe perguntou se com este projecto e com os compromissos que o Executivo tem, das dívidas já assumidas, ainda vai transferir todas as verbas para as Juntas de Freguesia, tendo respondido afirmativamente porque não quer que amanhã as Juntas de Freguesia digam que “só dá aquilo que não pode tirar”. Refere que com este dinheiro, se não fosse transferido para as Juntas de Freguesia, diminuía significativamente a dívida da própria Câmara, no entanto gostaria de lhes poder transferir um valor ainda maior. Dada a impossibilidade de o fazer, compromete-se perante a Assembleia Municipal, que o que consta no documento, vai ser transferido, não criando expectativas que posteriormente não pode cumprir. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** coloca a votação o *Ponto Quatro da Ordem de Trabalho “Pedido de Autorização para delegação e execução de competências próprias da Câmara Municipal, nas Juntas de Freguesia”*, tendo sido aprovado por unanimidade com 39 votos a favor. -

-----**PRESIDENTE DA MESA** introduz o *Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos “Nomeação de um representante para fazer parte da Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM (Plano Director Municipal) ”*. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Informa que em todos os Mandatos têm que eleger novamente o representante da Câmara no PDM. Esclarece que apenas podem eleitos os Srs. Presidentes de Junta. Esclarece ainda que no Mandato anterior quem foi eleito nesta Assembleia Municipal para representar os Srs. Presidentes de Junta, foi o Sr. Presidente de Junta de Vila Chã, António Fernandes. Indica que estão na fase final deste processo, tendo neste Ponto da Ordem de trabalhos, o objectivo de eleger um Presidente de Junta, porque a Lei assim o obriga, para que seja o representante dos Presidentes de Junta, nesta dita fase final do processo de revisão do PDM. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO TELMO PINTO:** Propõe o nome do Membro e Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã, sendo este um processo que se encontra na fase final e fazendo todo o sentido que se mantenha o mesmo Presidente de Junta. -----



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

43

-----**MEMBRO MARCO RODRIGUES:** Informa que ficou muito feliz por saber que era Membro António Fernandes, que representava os Srs. Presidentes de Junta, dado que durante os quatro anos que permaneceu na Junta de Freguesia do Castedo, na qualidade de secretário, nunca teve qualquer contacto com o mesmo, no que concerne ao PDM. Caso se confirme a sua reeleição, sugere que este faça uma aproximação da Junta de Freguesia do Castedo, para assim poderem dialogar sobre o PDM e respectiva revisão/alargamento. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** No que concerne à proposta do Sr. Presidente da Junta da Freguesia do Castedo, esclarece que o PDM está na recta final, esteve já em apreciação pública, compreendendo as preocupações do mesmo. Indica ainda que neste ponto de situação já pouco poderão fazer em termos de alterações. Deseja que as cerca de trinta instituições que têm que se pronunciar, o façam o mais rápido possível, para que possam pôr o PDM em prática, contribuindo para o desenvolvimento do Concelho. Refere ainda que todos têm noção que o PDM está a ser um obstáculo para o desenvolvimento do Concelho, tendo implorado a quase todas as instituições que dessem os seus pareceres, no sentido do parecer ser aprovado, para dar início a um novo ciclo de construção e desenvolvimento do Concelho. Informa que está ao dispor do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Castedo, ajudando-o no que estivesse ao seu alcance. -----

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Indica que deve ter havido um lapso por parte do representante dos Srs. Presidentes de Junta, ao afirmar que “já se encontra na recta final” a questão do PDM. Solicita assim esclarecimento do Sr. Presidente da Câmara, relativamente a esta matéria. -

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos solicitados: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Esclarece que o que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã quis dizer na sua intervenção foi que já participou em vários trabalhos, com as diferentes entidades e que da última vez, foi a última, em que algumas entidades se comprometeram a dar o parecer e mesmo aí falharam; quis ainda dizer que não está a ser tão rápido quanto gostariam que fosse porque algumas entidades, tinham a obrigação de naquela reunião de dar o parecer final, pediram ainda mais tempo, para poderem dar o parecer final, de modo a que o documento possa ir para discussão pública. Indica que gostava de arrefecer alguns ânimos, no que



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

44

diz respeito às expectativas de que com a revisão do PDM, vai ser possível construir em todo o lado, porque na realidade não vai ser assim. Indica ainda que o que está definido a nível de orientações nacionais para as instituições dizerem “sim” e aprovarem o PDM, implica que o resultado final igual a “zero”; ou seja, para terem novas áreas de urbanização nuns lados, vão ter que as ver diminuídas noutros. Esclarece que fizeram uma proposta, obedecendo a todos estes princípios que têm que cumprir, no entanto ainda não tiveram a aprovação final das diferentes entidades que têm que se pronunciar sobre esta matéria. Esclarece ainda que ao contrário do que a esmagadora maioria das pessoas possa pensar, mesmo com a revisão do PDM, a questão da falta de terrenos para urbanização “já não é o que foi” porque há uma série de espaços urbanos e urbanizáveis que ninguém quer, porque mais importante que o PDM, é o equilíbrio financeiro das famílias para poderem recorrer aos recursos financeiros bancários, para construírem uma casa. O PDM é importante, não apenas na lógica da urbanização mas muito mais numa lógica de desenvolvimento do Concelho e de garantir, na definição dos espaços, do uso e ocupação do solo, que determinados investimentos estruturantes, para o desenvolvimento do Concelho, possam efectivamente vir a ser realizados e para salvar e garantir as apetências estratégicas para o Concelho, em termos de garantir os espaços de desenvolvimento do Concelho; em termos de não impedirem investimentos futuros, nomeadamente na área do turismo, das localizações empresariais, etc., estão a garantir para o PDM do Concelho um conjunto de UOPG (Unidades Operacionais de Planeamento e Gestão), a qual diz que se houver um investidor nesta área, em determinadas circunstâncias, é possível, nestas circunstâncias, num terreno que agora não é espaço urbano e urbanizável, vir a ser alocado a esse fim. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** esclarece que é uma eleição pessoal e como tal são distribuídos os boletins do voto, onde colocarão “sim”, “não” ou em branco, colocando a votação o *Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos “Nomeação de um representante para fazer parte da Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM (Plano Director Municipal)”*, tendo sido aprovado por maioria com 26 votos “sim”, 02 votos “não” e 10 votos em branco. -----



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Daslumbrante Património Natural

-----**O PRESIDENTE DA MESA** dá por terminados os trabalhos. -----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Membros da Mesa. -----

A MESA: ~~Manuel Soares Costa~~
Humberto Soares
Garcia Flores P. Santa Nogueira